

Relatório de Atividades

Advocacy por gerações livres de violência

20
25



Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência
contra Crianças e Adolescentes



Conheça os Indicadores
INSPIRE adaptados para o Brasil



Acesse nosso Relatório
de Atividades 2024



Faça parte da Coalizão

Sua organização atua na prevenção e resposta à violência contra crianças e adolescentes? Acredita no advocacy colaborativo? Entre em contato com a gente pelo e-mail:

contato@coalizaobrasileira.org.br

Índice

02	Apresentação Nossa atuação na prevenção e resposta às violências
04	A Coalizão Conheça um pouco do nosso trabalho
06	INSPIRE Advocacy baseado em evidências
08	Membros Quem integra nossa rede e financia a Coalizão
16	Linha do tempo Nossa história em resumo
18	Indicadores Adaptação do pacote INSPIRE ao contexto brasileiro
24	Advocacy Nossas ações mês a mês
36	Posicionamentos Incidência e presença no debate público
38	Tradução do conhecimento Nossas publicações de destaque
40	Incidência A Coalizão em espaços estratégicos
44	Nosso alcance A Coalizão na mídia
45	Investimentos Detalhamento da nossa prestação de contas
46	Futuro Evidências e dados que estruturam a ação coordenada

Transformando evidências em ação coletiva

Em 2025, em seu nono ano de existência, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes avançou sobre um dos principais limites do país no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes: a dificuldade de produzir, integrar e utilizar dados de forma consistente para orientar decisões públicas.

Já não estamos diante de um problema desconhecido. Há evidências consistentes sobre as violências que atingem crianças e adolescentes e sobre o que funciona para preveni-las e respondê-las. Ainda assim, seguimos com baixa capacidade de organizar informações, definir prioridades e sustentar respostas ao longo do tempo.

Foi nesse cenário que avançamos na adaptação dos indicadores do pacote INSPIRE ao contexto brasileiro. Um movimento ainda raro no panorama internacional, que amplia a forma como o país pode enxergar o problema. Não se trata apenas de medir melhor, mas de criar condições para decidir melhor e orientar planejamento, orçamento e governança. Com o lançamento da plataforma de dados previsto para 2026, esse esforço ganha escala e passa a apoiar de forma mais direta o planejamento, o monitoramento e a implementação de políticas públicas.

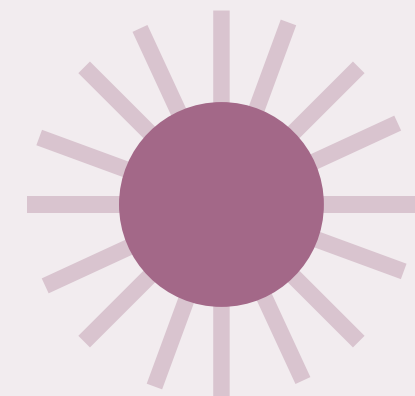
Ao longo do ano, seguimos produzindo e disseminando conhecimento técnico, apoiando organizações, dialogando com gestores e contribuindo com espaços de formulação e controle social. Um trabalho contínuo que busca reduzir a fragmentação do campo e alinhar formas de incidência, criando condições para um advocacy colaborativo, em que a agenda de prevenção e resposta seja convergente e compartilhada.

Atuar em coalizão exige coragem. Exige rever práticas, superar fragmentações e sustentar processos coletivos progressivamente. A Coalizão tem uma visão de futuro para a agenda de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes e se fortalece, a cada ano, para contribuir com sua construção.

Boa leitura!



Lucas José Ramos Lopes
Secretário Executivo



A Coalizão

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes é uma articulação nacional da sociedade civil, suprapartidária, laica e independente, formada por **mais de 80 entidades, universidades, coletivos, movimentos e redes que atuam em todo o Brasil na prevenção e resposta a todos os tipos de violências contra crianças e adolescentes.**

Criada em 2017, a Coalizão teve um papel central na adesão do Brasil à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes (*Global Partnership to End Violence Against Children*), uma iniciativa lançada pela Organização das Nações Unidas em 2016, com foco em alcançar a meta 16.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para acabar com todas as formas de abuso, exploração, tráfico e violência contra crianças. Em 2018, o Brasil se tornou um país pioneiro (*Pathfinding Country*) ao formalizar sua adesão à Parceria Global, reafirmando este compromisso em 2024, na 1ª Conferência Ministerial Global sobre o Fim da Violência contra Crianças, realizada na Colômbia.

A atuação da Coalizão está estruturada na articulação entre as ações de advocacy e a expertise das organizações membro, sempre com base em evidências.

Missão

Potencializar a prevenção e a resposta a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil.

Visão

Ser referência nacional na indução de políticas públicas baseadas em evidências para prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes.

Valores



Colaboração



Diversidade



Integridade



Transparência



Conheça nossas propostas e acesse nossa biblioteca de materiais

As chaves da mudança

Em 2025, a Coalizão concentrou esforços em movimentos capazes de ampliar a capacidade do país de compreender e enfrentar as violências contra crianças e adolescentes.

A Coalizão atua para influenciar a forma como o país organiza políticas públicas de prevenção e resposta, do planejamento à implementação, ao monitoramento e à avaliação, com foco em intervenções escaláveis e orientadas por evidências.

Organizar dados para orientar decisões

A adaptação dos indicadores do pacote INSPIRE ao contexto brasileiro marca um passo inédito. Foram estruturados 62 indicadores a partir da integração de 23 bases de dados nacionais, criando um referencial comum para a leitura do problema e o acompanhamento de políticas públicas. Esse esforço amplia a capacidade diagnóstica do país e cria condições para decisões mais informadas.

Fortalecer a atuação em rede

A Coalizão ampliou sua capacidade de articulação ao atuar de forma coordenada com organizações, redes e instituições públicas. Esse movimento reduz a fragmentação do campo e fortalece a construção de agendas comuns, com maior alinhamento e capacidade de influência sobre políticas públicas.

Aproximar evidência e decisão pública

A Coalizão atua para conectar dados e evidências a processos decisórios. Em 2025, essa agenda se consolidou por meio da produção e disseminação de análises técnicas, do apoio a organizações e da incidência junto a gestores e ao Legislativo, contribuindo para decisões mais informadas e para o aprimoramento de políticas públicas e regulatórias.

Induzir mudanças na forma de organizar respostas

Ao pautar a integração entre setores, o uso de evidências e a necessidade de continuidade das ações, a Coalizão contribui para reposicionar a agenda de prevenção e resposta às violências no centro das decisões públicas, conectando essa agenda ao planejamento, ao orçamento e à governança.



**Implementação e vigilância
do cumprimento das leis**



Normas e valores



Segurança do ambiente



**Pais, mães e cuidadores
recebem apoio**



**Incremento de renda e
fortalecimento econômico**



**Resposta de serviços
de atenção e apoio**



**Educação e
habilidades para a vida**



**Saiba mais
sobre o INSPIRE**

EVIDÊNCIAS

O pacote de estratégias INSPIRE

A Coalizão atua com base em evidências científicas e estratégias reconhecidas internacionalmente por sua efetividade na prevenção e resposta a todos os tipos de violências.

Desenvolvido por um consórcio de instituições internacionais lideradas pela Organização Mundial da Saúde em parceria com a *Global Partnership to End Violence Against Children*, o pacote INSPIRE é uma referência fundamental para orientar nossa atuação e fortalecer a incidência em políticas públicas.

O INSPIRE reúne sete estratégias eficazes para apoiar governos, organizações da sociedade civil e outros atores na implementação de ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes. Mais do que responder às situações de violência, essas estratégias contribuem para a construção de ambientes seguros, fortalecem sistemas de proteção e promovem uma cultura de prevenção integrada.

Fonte: Organização Mundial da Saúde 2016

ALCANCE

A Coalizão em números

Em 2025, a atuação da Coalizão combinou articulação em rede, produção de conhecimento técnico e incidência política

62

**indicadores adaptados
ao contexto brasileiro**

A partir do pacote INSPIRE, com base em evidências internacionais e adequação à realidade nacional.

1

**plataforma nacional
de dados**

Em desenvolvimento, será lançada em setembro de 2026, ampliando a capacidade diagnóstica do país.

31

**reuniões de
espaços coletivos**

Incluindo Fóruns Ampliados e outras instâncias de articulação interna e alinhamento estratégico.

4

**espaços institucionais
com participação ativa**

Atuação em instâncias de formulação, articulação e acompanhamento de políticas públicas.

23

**materiais técnicos
produzidos e disseminados**

Notas técnicas, posicionamentos e policy briefs que subsidiaram estratégias de advocacy e decisões públicas.

+90

**proposições legislativas
acompanhadas**

Monitoramento contínuo de pautas no Congresso Nacional relacionadas aos direitos de crianças e adolescentes.

+5

**contribuições
formais realizadas**

Incluindo emendas, pareceres e manifestações técnicas em processos legislativos e normativos.

94

**organizações, redes e
movimentos apoiados**

Conhecimento técnico e apoio à construção de estratégias de incidência para maior articulação e influência.

5

**parcerias estratégicas
estabelecidas**

Articulação com instituições para fortalecer a agenda de prevenção e resposta às violências.

MEMBROS

Conheça quem faz parte da nossa rede

Mais de 80 entidades, coletivos, universidades e movimentos formam nossa rede de atuação em todo o Brasil



Clique para ir para o site de cada membro



4daddy
Leandro Ziotto



ACARI – Associação Civil de Articulação para a Cidadania
Ailma Cintia Barros Nascimento



Agenda 227
Miriam Pragita



Aldeias Infantis SOS
Sérgio Eduardo Marques da Rocha | Edson Neris Bahia



ANDI – Comunicação e Direitos
Ana Potyara Tavares | Mariana Rodrigues



Associação Beneficente Santa Fé
Talita Socorro Salomão | Vicente | Rogério Lucchi Monaco



Associação Cidade Escola Aprendiz
Raiana Ribeiro | Roberta Tasselli



Associação de Apoio à Criança em Risco – ACER Brasil
Jonathan Hannay



Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente (NECA)
Maria Angela Leal Rudge | Dayse C. F. Bernardi



Associação Fênix
Sabrina Santos Castro | Vera Lucia Stadler



Associação Iniciativa Cultural – Passos da Criança
Cristiane Faria Honório | Elisa Franciele de Araújo



Associação Mães na Luta
Andrea van Caspel | Vanessa Hacon



Avante – Educação e Mobilização Social
Deborah Kotek Selistre | Ivanna Paula Castro Oliveira



Carolotas
Gabriela Tretesi Giotri | Fabiana Martins Gutierrez



Católicas pelo Direito de Decidir
Denise dos Anjos Mascarenha | Keli de Oliveira Rodrigues



Cenpec
Ana Paula Maia | Letícia Silva



Centro Marista de Defesa da Infância
Cecília Landarin Heleno | Rivaldo Dionizio Candido



Círculo Operário Leopoldense (COL)
Odete Zanchet | Tales Ramon de Sá



Educação Protegida
Katia Mello Dantas



Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Cauê de Camargo Martins | Juliana Martins



Fundação FEAC
Natalia Cristina Valente



Centro de Estudos Integrados da Infância, Adolescência e Saúde (CEIIAS)
Evelyn Eisenstein | Eduardo Jorge Custódio da Silva



ChildFund Brasil
Águeda Pacheco Melo Barreto do Carmo | Cristiano Moura



Coletivo Voz Materna
Karla Reina | Luana de Souza Siqueira



Eu Me Protejo
Patricia Saldanha Marinho de Almeida | Neusa Maria | Gisele Fontes



Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Michelly Lima Antunes | Victor Alcantara da Graça



Fundação Maria Cecília Souto Vidigal
Karina Fasson | Verônica Teixeira Glória



Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI/PUC-Rio)
Caroline de Souza Araujo | Carolina Terra Quirino da Costa



Childhood Brasil
Eva Dengler | Thiago Vizioli



Conselho Federal de Psicologia (CFP)
Alessandra Kelly Belmonte



Instituto Ficar de Bem
Lígia Vezzaro Caravieri | Melissa Terron



Fundação Amazônia Sustentável (FAS)
Amanda Guimaraes de Souza | Bruna Lima Queiroz da Silva



Fundação Roberto Marinho
Priscila Pereira da Silva



Futuro Brilhante

Diego Alex de Matos Martins |
Laura Silva



Instituto Anchieta Grajaú

Denis Plapler | Maurício Turra



Instituto Cactus

Bruno Ziller | Bianca Kann



Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA)

Ionária Guerra de Araújo



Instituto Galo da Manhã

Bárbara Correia Florência
Silva | Julia Cícaroli Dávila



Instituto Ivete Sangalo

Ana Flávia Franciosi
de Souza Ferreira



Instituto Alana

Mariana Albuquerque Zan |
Tayanne Patricia Alves Galeno |
Sofia Reinach



Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos

Michele Bravos |
Gabriela Assad



Instituto da Infância (IFAN)

Luzia Torres Gerosa Laffite



Instituto Fazendo História

Debora de Carvalho Vigevani



Instituto Geração Amanhã

Sandra Regina Sobral



Instituto Jô Clemente

João Vítor Salge |
Deisiana Paes



Instituto Aliança com o Adolescente

Graça Gadelha | Ilma Maria |
Sandra Santos



Instituto Basta

Thaís Rocha Münstermann |
Júlia de Oliveira Santos Pereira



Instituto de Assistência à Criança e ao Adolescente Santo Antônio (IACAS)

Amanda Cristina Gomes
Ferreira | Izys Maria Rodrigues
dos Santos



Instituto Fogo Cruzado

Diogo Santos de Jesus |
Terine Husek Coelho



Infinis – Instituto Futuro é Infância Saudável

Márcia Kalvon | Amanda
Gregorio dos Santos |
Sofia Guimarães



Instituto Liberta

Cristina Cordeiro |
Renata Greco



Instituto Pe. Vilson Groh (IVG)

Tainara Lemos das Neves |
Kelly Rodrigues Vieira de Sousa



Instituto Tecendo Infâncias

Adriane Boavista
Menna Barreto |
Lilian de Araujo Sartorio



Instituto Rede Abrigo

Ana Kethllen Moraes |
Douglas Lopes



Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde – LIEVES

Letícia Araújo Moreira da Silva |
Taiza Ramos Ferreira



Meninadança Brasil

Warlei Torezani |
Luísa Alves Lacerda



Movimento Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária / Providens Ação Social Arquidiocesana

Fernanda Flaviana de Souza
Martins | Ivan Ferreira da Silva



Instituto Repartir

Luciana Alvarez Pedroso |
Emerson das Neves Couto



Instituto Terre des Hommes Brasil

Antonio Renato Gonçalves
Pedrosa | Francisca Evelynne
Carneiro Lima



Keeping Children Safe

Andrea Espirito Santo



Luta Pela Paz

Gabriela Peixinho |
Luciana Alves



Minha Criança Trans

Thais Dias Melo |
Renner Boldrino



Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP)

Renan Theodoro de Oliveira



Instituto Sou da Paz

Danielle Tsuchida Bendazzoli |
Vanessa Machado Alves



Instituto Think Twice Brasil

Gabriele Costa B. Garcia



Kindernothilfe – KNH Brasil

Christiane Rezende de Souza



Memórias Masculinas

Diogo Vaz da Silva Junior |
Denis Ferreira



MOV – Movimento Internacional de Juventudes

Pedro de Oliveira Filho |
Laura da Silveira |
Rafael da Silva Sampaio



Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (Nepia-UEPG)

Cleide Lavoratti |
Danuta Estrufika Cantóia Luiz



Núcleo Lux Mundi
Frei João F. Júnior



Observatório de Educação em Direitos Humanos e Justiça Restaurativa nas Escolas
Cezar Bueno de Lima



Ocupa Mãe
Carolina Borges



Organização de Direitos Humanos Projeto Legal
Mônica de Alkmim Moreira Nunes | Carlos Nicodemos



Palhaços Sem Juízo
Soraya Saíde | Amanda Schmitz | Roberta Calza



Plan International Brasil
Paula Alegria | Gezyka Silveira



Proame Programa de Apoio a Meninos e Meninas (Centro de Defesa Bertholdo Weber)
Leonardo Gomes Menezes | Micheli Fabiana Duarte



Programa de Investigação Epidemiológica em Violência Familiar – PIEVF
Claudia Leite de Moraes | Stephanie Fernandes



Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas
Márcio de Oliveira



Projeto Bem Me Quer
Anna Luiza Calixto Amaral



Projeto Não me Toca, seu Boboca! – literatura e proteção
Andrea Viviana Taubman



Rede Nacional Primeira Infância – RNPI
Soraia Melo | Marcia Oliveira



Rede Não Bata, Eduque
Marcia Cristina Machado de Oliveira | Ana Paula Rodrigues



SaferNet Brasil
Thiago Tavares Nunes de Oliveira | Bianca Orrico Serrão



Serenas – Garantia de Direitos para Meninas e Mulheres
Bruna Latrofe | Débora Lira



União dos Escoteiros do Brasil
Nomeação de representação em curso



União Marista do Brasil (UMBRASIL)
Ir. José Aderlan Brandão Nascimento | Francine Junqueira



Visão Mundial
Reginaldo Pereira da Silva | Irinei Vieira



Vital Strategies Brasil
Olivia Guaranha

RECURSOS FINANCEIROS

Financiadores da Coalizão em 2025

Todo o trabalho da Coalizão é financiado por fundações, institutos e organizações comprometidas com o fortalecimento do advocacy colaborativo e da atuação em rede para a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A Coalizão não recebe recursos públicos, o que reforça sua independência institucional e sua capacidade de incidência no debate público e na formulação de políticas, defendendo a prevenção e resposta a todos os tipos de violência contra crianças e adolescentes com base em evidências.



Childhood Brasil



Fundação FEAC



Infnis – Instituto Futuro é Infância Saudável



Instituto Alana



Instituto Galo da Manhã



Instituto Liberta



Safernet Brasil

Apoio especial ao Projeto INSPIRE Fase II



Instituto Tecendo Infâncias



“Com a aprovação do ECA Digital, o Brasil se colocou numa posição de destaque no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes que ocorrem na internet. Isso só foi possível porque houve intensa mobilização da sociedade civil, a exemplo do importante trabalho da Coalizão, o que permitiu superar impasses políticos e a preencher esse vazio regulatório. Ainda há muitos desafios de implementação, que continuarão exigindo essa capacidade de articulação entre organizações da sociedade civil e governos.”

Ricardo Lins Horta, Diretor de Segurança e Prevenção de Riscos no Ambiente Digital no Ministério da Justiça e Segurança Pública



“É gratificante poder contribuir em discussões e na elaboração de documentos que efetivamente produzem redução de violências contra crianças e adolescentes. Acreditamos que só é possível alcançar mudanças significativas quando juntamos organizações da sociedade civil, pesquisadores e universidades numa Coalizão tão qualificada quanto esta.”

Jonathan Hannay, Associação de Apoio à Criança em Risco (ACER Brasil)



“Em 2025, UNICEF e Coalizão formalizaram uma parceria para acompanhar processos legislativos relacionados à proteção e definir estratégias de incidência conjunta. A Coalizão se mostrou fundamental para promover impactos concretos de advocacy e para articular atores-chave, sobretudo do Legislativo, para garantir mobilização em temas de relevância.”

Luiza Teixeira, UNICEF



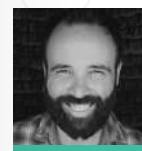
“A Coalizão é um espaço vivo de escuta, diálogo e construção coletiva. Para mim, estar ao lado de organizações comprometidas fortalece a esperança e reafirma que a mudança se torna possível quando atuamos em conjunto, consolidando o compromisso com um presente e um futuro mais seguros, justos e acolhedores para todas as crianças e adolescentes.”

Ionaria Guerra de Araújo, Instituto dos Direitos da Criança e do Adolescente (INDICA)



“A participação do NEPIA em mobilizações e incidência sobre as políticas públicas promovidas pela Coalizão trouxe uma grande contribuição para o fortalecimento do compromisso ético-político da equipe, com a construção de políticas de prevenção e enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes nos âmbitos local, regional e nacional. “

Cleide Lavoratti, Núcleo de Estudos, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência (NEPIA) da Universidade Estadual de Ponta Grossa



“A 4daddy integra a Coalizão desde a fundação e testemunha a força desse coletivo. A parceria com a CoPai foi um divisor de águas: o apoio técnico em advocacy e a articulação com parlamentares fortaleceram nossa voz no Congresso. Juntos, mostramos que a licença estendida é essencial para proteger a infância.”

Leandro Ziotto, 4D Consultoria, 4daddy e CoPai



“Integrar a Coalizão representa uma oportunidade única de unir aprendizado contínuo ao fortalecimento da prioridade absoluta dos direitos de crianças e adolescentes. Por meio de um advocacy técnico, ético e transparente, a Coalizão se destaca pela capacidade singular de articular diálogos entre o terceiro setor e o poder público, na construção de uma sociedade que respeite crianças e adolescentes.”

Mariana Albuquerque Zan, Instituto Alana



“A Coalizão se destaca pela articulação entre organizações, capacidade de execução, transparência e visão estratégica orientada para a prevenção. Sentimos que os esforços se ampliam, os impactos reverberam e as transformações são sistêmicas na trajetória de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.”

Deborah Kotek Selistre e Ivanna Castro, Avante Educação e Mobilização Social

LINHA DO TEMPO

Nossa trajetória

Atuamos para potencializar a prevenção e a resposta a todas as formas de violência contra crianças e adolescentes no Brasil



2017
Um chamado à ação
Organizações da sociedade civil se mobilizam para articular a adesão do governo brasileiro à Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças (*The Global Partnership to End Violence Against Children*).

2018
Formalização do compromisso
O Brasil oficializa sua adesão à Parceria Global e passa a integrar o grupo de Países Pioneiros (*Pathfinding Countries*).

2019
Políticas baseadas em evidências
Início da disseminação do pacote INSPIRE, que reúne sete estratégias orientadas à prevenção e ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes.

2020
Consolidação da Coalizão
A articulação se fortalece e estrutura uma secretaria executiva para atuar no advocacy.

2021
Direcionamento estratégico
A Teoria da Mudança estabelece prioridades e orienta a atuação da Coalizão nos anos seguintes.

2022
Advocacy como eixo central
A revisão da governança e o aprimoramento de processos de incidência no orçamento público e no planejamento governamental consolidam a Coalizão como uma articulação estratégica de advocacy.

2023
Ampliação da incidência
O Brasil renova seu compromisso com a Parceria Global e a Coalizão expande sua atuação no Congresso Nacional, inaugurando um novo ciclo de incidência política.

2024
Reforço no monitoramento
A Coalizão avança na qualificação do diagnóstico das violências contra crianças e adolescentes ao adaptar os Indicadores INSPIRE e desenvolver o Pacote de Monitoramento de Estratégias, contribuindo para uma atuação orientada por dados.

2025
Organização de dados
Os indicadores INSPIRE foram adaptados à realidade brasileira, resultando na consolidação de 62 indicadores construídos a partir da articulação de 23 bases de dados nacionais. O esforço estabelece um referencial comum para a compreensão das violências e o monitoramento de políticas públicas.

EVIDÊNCIAS

INDICADORES INSPIRE

Um passo inédito para compreender e enfrentar a violência contra crianças e adolescentes no Brasil

A violência contra crianças e adolescentes no Brasil ainda é um fenômeno parcialmente invisível. Sabemos que ela existe, conhecemos suas múltiplas formas e seus efeitos ao longo da vida, mas ainda não conseguimos dimensioná-la com precisão. Parte significativa dessas violências não é registrada, e os dados disponíveis são fragmentados, incompletos ou pouco articulados entre si.



Essa lacuna não é apenas técnica. Ela afeta diretamente a forma como o país define prioridades, organiza políticas públicas e direciona recursos. Sem uma leitura mais integrada do problema, as respostas tendem a ser parciais, descon-tinuadas e com alcance limitado.

Foi nesse contexto que, em 2025, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, em parceria com a Vital Strategies Brasil, com apoio da Fundação José Luiz Setúbal e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e da Rede Nacional de Evi-dências em Direitos Humanos – ReneDH, avançou na adaptação dos indicadores do pacote INSPIRE ao contexto brasileiro.

Esse movimento representa um passo inédito. Pela primeira vez, o país passa a contar com um conjunto estruturado de indicadores capaz de observar, de forma integrada, diferentes dimensões da vio-lência e das respostas públicas.

Um ponto de partida para reorganizar o enfrentamento

A adaptação dos indicadores INSPIRE não encerra um processo. Ela marca o início de uma nova etapa. Ao tornar mais visível o que antes estava disperso, esse trabalho cria condições para reor-ganizar a forma como o país enfrenta as violências contra crianças e adoles-centes. Não apenas ampliando o conhe-cimento disponível, mas fortalecendo a capacidade de articular políticas, integrar setores e sustentar respostas ao longo do tempo.

Trata-se de um passo relevante para aproximar o Brasil de uma atuação orientada por dados, evidências e coordenação entre diferentes áreas, com foco na prevenção e na garantia de direitos.



Organizar dados para enxergar o problema

A adaptação exigiu um trabalho técnico de mapeamento, análise e seleção de dados disponíveis no país. Foram estruturados 62 indicadores, a partir da integração de 23 bases nacionais, provenientes de áreas como saúde, educação, segurança pública e assistência social.

Esse processo evidenciou lacunas importantes. A escassez de dados sobre a primeira infância, as limitações de pesquisas nacionais como a PeNSE, a subnotificação em sistemas administrativos e as dificuldades de desagregação por raça, idade e território seguem como desafios para compreender a dimensão da violência no Brasil.

Ao mesmo tempo, o trabalho mostra que já existe uma base relevante de dados que, quando articulada, permite uma leitura mais ampla do problema. Os indicadores organizam esse monitoramento em diferentes dimensões, conectando prevalência, políticas públicas, condições sociais e serviços de proteção.

A adequação dos indicadores INSPIRE ao contexto brasileiro considera também o trabalho infantil e a violência policial.

Em um país com o nosso contexto de desigualdades, é importante considerar a dimensão racial.

Algumas formas de violência e fatores de risco são mais presentes entre pretos e pardos.

Assista ao vídeo completo do evento de lançamento



Mais do que medir, criar condições para decidir

A adaptação dos indicadores não se limita à produção de um relatório. Ela inaugura uma base para o desenvolvimento de um sistema de monitoramento contínuo, capaz de acompanhar avanços, identificar retrocessos e orientar decisões ao longo do tempo.

Esse trabalho sustenta o desenvolvimento da plataforma nacional de dados, com lançamento previsto para setembro de 2026, que reunirá essas informações de forma acessível e organizada, ampliando a capacidade de uso por gestores públicos, organizações da sociedade civil, pesquisadores e outros atores do campo.

Ao organizar dados dispersos e dar maior visibilidade ao problema, os indicadores contribuem para qualificar o debate público e apoiar decisões mais informadas. Também permitem direcionar esforços para fatores de risco e fortalecem ações que colaboram para a proteção de crianças e adolescentes.



Clique nos QR codes para acessar os materiais

Acesse o relatório completo com a metodologia, os indicadores e as fontes de dados utilizadas





“Destaco a capacidade de articulação da Coalizão e a transparência nos processos em um cenário desafiador: agregar organizações de todo o território nacional e influenciar formulação de políticas públicas que garantam os direitos e a proteção de crianças e adolescentes. Participamos de uma das comissões e foi enriquecedor compor um grupo tão potente.”

*Lígia Vezzaro Caravieri,
Instituto Ficar de Bem*



“Como parte da Coalizão, o Tecendo Infâncias vivencia, no dia a dia, a potência de uma rede que articula, escuta e constrói junto. Na Fase II do INSPIRE, iniciativa da OMS e do UNICEF, seguimos contribuindo para que dados e evidências se traduzam em políticas públicas mais sensíveis às realidades das crianças e adolescentes no Brasil.”

Equipe Instituto Tecendo Infâncias



“Nossa participação na Coalizão tem sido um espaço estratégico de aprendizado, contribuindo para o aprimoramento da incidência no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes no Pará. A articulação com base em evidências e transparência impulsiona uma atuação orientada à prevenção e a mudanças sistêmicas nas políticas públicas.”

*Diego Alex de Matos Martins,
Futuro Brilhante*



“A Coalizão expressa a força do trabalho coletivo, fundamental para a construção das pautas de proteção à infância e à adolescência. As conquistas já são perceptíveis e evidenciam a potência da atuação em rede, reforçando o papel da sociedade civil. O Instituto Aliança participa desse coletivo com convicção em seu potencial transformador.”

*Ilma Oliveira,
Instituto Aliança com o Adolescente*



“A produção de conhecimento que vem sendo desenvolvida pela Coalizão – a exemplo do Policy Brief Prevenção às Violências contra Crianças e Adolescentes como Diretriz Estruturante das Políticas Públicas e Orçamentárias – busca contribuir para o fim dos castigos físicos ou humilhantes e a criação de relações positivas entre pais, mães e filhos.”

Marcia Oliveira, Rede Não Bata, Eduque



“Integrar a Coalizão nos possibilita compartilhar aprendizagens e contribuir com a prevenção das violências não só contra as crianças de 0 a 6 anos, que é nosso foco de atuação, mas também para as demais infâncias e adolescências.”

*Soraia Melo,
Rede Nacional Primeira Infância*



“Foi no Grupo de Estudos da Coalizão que o Ocupa Mãe teve a oportunidade de usar conhecimentos em gestão pública e análise de dados. Analisamos 238 projetos de lei em tramitação, facilitando a tomada de decisão de quem atua para proteger de fato as crianças no ambiente digital.”

Carolina Borges, Ocupa Mãe



“A Coalizão reúne e destaca as vozes que lutam pelos direitos das crianças em nível nacional, com cenários e mecanismos tão diversos. Atua nas esferas do poder público com coragem e retidão. Prioriza a prevenção às violências num país com uma cultura que ignora os danos. Poder participar é um aprendizado constante, que agradeço e celebro.”

Soraya Saide, Palhaços Sem Juízo

COALIZÃO EM AÇÃO

Nosso advocacy mês a mês

O ano de 2025 foi desafiador e demandou uma série de iniciativas da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes, especialmente no âmbito da proteção no ambiente digital e da discussão sobre a integração entre políticas públicas, orçamento e governança.

A participação em seminários e campanhas, a elaboração de notas técnicas e o lançamento de publicações e do Diretório Legislativo fortaleceram a atuação da Coalizão, além de reposicionar a prevenção como eixo central da ação pública no país.

Fevereiro

Proteção no ambiente digital e diversidade nas políticas públicas

Em fevereiro, a Coalizão ampliou sua atuação em agendas emergentes da proteção de crianças e adolescentes, com foco no enfrentamento das violências no ambiente digital e na incorporação de perspectivas interseccionais na formulação de políticas públicas.



Dia da Internet Segura 2025

O evento principal do Dia da Internet Segura, realizado em São Paulo por SaferNet Brasil, NIC.br e CGI.br, colocou o tema da proteção no ambiente digital no centro da agenda. No âmbito do encontro, a Coalizão integrou o painel que debateu o enfrentamento à violência sexual on-line contra crianças e adolescentes, contribuindo para a discussão sobre estratégias intersectoriais de prevenção e resposta.

1ª Conferência Livre Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes Trans

Diversidade e inclusão deram o tom da Conferência Livre Nacional organizada pela sociedade civil, que reuniu especialistas, gestores, famílias e organizações. O espaço foi dedicado à construção de propostas voltadas à proteção e à garantia de direitos, com atenção à interseccionalidade e aos impactos da discriminação em áreas como saúde, educação e inserção no mundo do trabalho.



Documentário *Apesar de*

A pré-estreia do documentário *Apesar de*, apoiada institucionalmente pela Coalizão, destacou o papel do audiovisual na sensibilização pública e no enfrentamento do silêncio em torno da violência sexual intrafamiliar. A obra contribui para ampliar o debate e dar visibilidade às trajetórias de sobrevivência e superação.

Março

Orçamento público, governança e mobilização intersetorial

A Coalizão avançou na agenda de integração entre políticas públicas, orçamento e governança, ao mesmo tempo que fortaleceu a mobilização intersetorial para o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes.

Levantamento Infância Segura

A relação entre prioridade política e alocação orçamentária esteve no centro do debate com a divulgação do levantamento Infância Segura, realizado pela Atricon com apoio técnico da Coalizão. O estudo revelou que 35% dos estados analisados não têm orçamento específico para a agenda de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes, enquanto, nos demais, persistem incertezas quanto à suficiência e execução dos recursos. O levantamento evidencia a baixa institucionalização da prevenção no planejamento público e aponta a necessidade de incorporar essa agenda de forma estruturada no ciclo orçamentário, como condição para ampliar a efetividade das políticas e reduzir custos sociais no médio e longo prazo.



Clique nos QR codes para acessar os materiais



Nota técnica sobre governança e articulação intersetorial

A Coalizão publicou nota técnica que analisa os impactos de falhas na governança federal e de interpretações normativas sobre a articulação entre órgãos responsáveis pela agenda. O documento evidencia como sobreposições normativas, baixa institucionalidade e limitações operacionais comprometem o planejamento, a gestão e o monitoramento das políticas, reduzindo a efetividade das ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. A análise dialoga com a atuação da Coalizão na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, reforçando o compromisso com o aprimoramento das estruturas de governança e com a qualificação das políticas públicas.



Lançamento do movimento Violência Sexual Zero

A mobilização de diferentes setores ganhou destaque com o lançamento do movimento Violência Sexual Zero, que reúne empresas, organizações da sociedade civil e lideranças públicas em torno do compromisso com a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. A iniciativa reforça a responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade civil e setor privado, ampliando a capacidade de incidência e a construção de respostas coordenadas. A adesão da Coalizão se insere nesse esforço de engajamento multissetorial, fundamental para enfrentar a magnitude do problema e fortalecer políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

Maio

Mobilização nacional e fortalecimento da agenda de enfrentamento à violência sexual

O mês reuniu agendas técnicas e de mobilização voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.



Simpósio Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

A agenda de mobilização avançou com a participação no Simpósio Nacional, espaço de encontro entre especialistas, gestores e organizações comprometidas com a prevenção e a resposta às violências. Realizado em Brasília, o evento reuniu diferentes perspectivas e experiências, colaborando para qualificar o debate público, fortalecer redes de atuação e ampliar a visibilidade do tema. A Coalizão contribuiu para discussões sobre Política Nacional, revisão do Plano Nacional e desafios da Lei nº 13.431/2017, além de promover a troca de aprendizados e o reconhecimento de boas práticas.



Julho

Incidência legislativa e articulação internacional

Em julho, a Coalizão consolidou sua atuação no campo legislativo e ampliou sua incidência no plano internacional, fortalecendo a produção de subsídios técnicos e a mobilização de atores em torno da agenda de direitos de crianças e adolescentes.

Campanha de prevenção no ambiente digital e iluminação da sede do STF

Em parceria com o Instituto Alana e o Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal, a Coalizão liderou a ação que iluminou o Palácio do STF em celebração aos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A iniciativa integrou uma campanha de prevenção à violência no ambiente digital, com desdobramentos ao longo do segundo semestre. A iluminação nas cores laranja, roxo e verde, cores da Coalizão, simboliza a articulação entre família, Estado e sociedade na proteção de crianças e adolescentes, dialogando com a abordagem do pacote INSPIRE e reforçando a prevenção como diretriz de políticas públicas.

Foto: Ton Molina/STF



Posicionamento no Plenário da Câmara dos Deputados

A Coalizão atuou no debate legislativo ao defender a derrubada de vetos à Lei de Diretrizes Orçamentárias que impactam programas estratégicos para a proteção de crianças e adolescentes, como o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Víctima ou Testemunha de Violência (SGDA) e o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente (FNCA). A manifestação reforça a importância de assegurar previsibilidade e prioridade orçamentária para políticas públicas voltadas à prevenção e resposta às violências, destacando que a proteção de crianças e adolescentes deve ocupar lugar central nas decisões fiscais e no projeto de desenvolvimento do país.



Lançamento do Caderno de Posicionamentos – 1ª edição

A Coalizão lançou a primeira edição do Caderno de Posicionamentos, que reúne pareceres técnicos sobre 15 projetos de lei relacionados à prevenção e ao enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. A publicação sistematiza análises construídas de forma colaborativa entre organizações membro, a partir de diálogo técnico e alinhamento em torno de uma agenda comum. Desenvolvido para apoiar parlamentares, assessorias legislativas, conselhos de direitos e organizações da sociedade civil, o material contribui para qualificar o debate legislativo e fortalecer a incidência baseada em evidências.



Mobilização internacional por uma nova Sessão Especial da ONU sobre Crianças

A atuação da Coalizão também se estendeu ao cenário internacional, com o lançamento de uma petição global que convoca a realização de uma nova Sessão Especial da Assembleia Geral da ONU dedicada às crianças, mais de duas décadas após o encontro de 2002. A iniciativa busca engajar organizações, redes e instituições de diferentes países na renovação de compromissos com os direitos de crianças e adolescentes, reforçando a necessidade de que seus interesses sejam considerados no centro das decisões em um contexto global marcado por novos desafios.

Agosto

Governança e coordenação das políticas públicas

A Coalizão aprofundou a agenda de governança e articulação intersetorial, com foco na qualificação das estruturas responsáveis pela coordenação, implementação e monitoramento das políticas de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes.



Proteção digital e enfrentamento à violência sexual

A nota técnica da Coalizão analisa como falhas na governança federal e interpretações normativas impactam a coordenação entre órgãos responsáveis pelo tema. O estudo identifica avanços na institucionalização, mas aponta sobreposição de competências, baixa integração e lacunas de representatividade. O documento evidencia que sobreposições normativas, desarticulação institucional e limitações operacionais comprometem o planejamento, a gestão e o monitoramento das políticas, reduzindo sua efetividade. A análise se conecta à participação da Coalizão na Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e reforça o compromisso com o aprimoramento das formas como o país organiza, implementa e acompanha políticas públicas voltadas à proteção de crianças e adolescentes.

Setembro

Regulação do ambiente digital e incidência legislativa

Em setembro, a Coalizão intensificou sua atuação na agenda de proteção no ambiente digital e ampliou sua incidência no Legislativo, contribuindo para o debate sobre regulação, governança e proteção de direitos de crianças e adolescentes.



Seminário Prioridade Absoluta: Diálogos pela Infância e Adolescência Seguras no Ambiente Digital (STF)

A Coalizão atuou na realização do seminário promovido pelo Supremo Tribunal Federal, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e organizações da sociedade civil. O encontro reuniu especialistas, representantes do poder público e da sociedade civil para discutir os impactos da desinformação e os desafios regulatórios para a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. As mesas abordaram a construção de um ambiente informacional saudável e o desenvolvimento de respostas regulatórias, contribuindo para qualificar o debate público e fortalecer a articulação entre diferentes atores na agenda de proteção digital.



Audiência pública na Câmara dos Deputados sobre normas infralegais

Durante audiência pública na Comissão de Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados, a Coalizão contribuiu para o debate sobre o papel das normas infralegais na proteção de crianças e adolescentes, em contexto de tramitação de projetos que incidem sobre resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A manifestação reforçou a importância das resoluções do CONANDA como referência técnica e democrática para orientar políticas públicas em todo o país, destacando que sua fragilização compromete a capacidade do Estado de planejar e implementar ações de prevenção e proteção.



Mesa-redonda no STF sobre desinformação e ameaças on-line

Na sequência da promulgação do marco legal voltado à proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital, a Coalizão participou de uma mesa-redonda promovida pelo Programa de Combate à Desinformação do Supremo Tribunal Federal, em formato de diálogo técnico com especialistas. O encontro aprofundou a discussão sobre os impactos da desinformação e das ameaças on-line, contribuindo para o amadurecimento de respostas institucionais e para o fortalecimento da articulação entre diferentes atores na agenda de proteção digital.

Outubro

Institucionalização de políticas e centralidade da prevenção

Em outubro, a Coalizão lançou subsídios estratégicos para advocacy voltados à institucionalização de políticas públicas e ao reposicionamento da prevenção como eixo central da ação pública no país.



Policy Pack Vidas em proteção: o imperativo da institucionalização (PPCAAM)

A Coalizão lançou um Policy Pack que reúne evidências e recomendações para a institucionalização do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM) como política de Estado, com lei federal própria e previsão orçamentária. A publicação oferece suporte técnico a instâncias deliberativas e tomadores de decisão, fundamentando a necessidade de garantir estabilidade, continuidade e aprimoramento do programa. A iniciativa integra um movimento de advocacy colaborativo, com articulação de parceiros em diferentes regiões do país.



Policy Brief sobre prevenção como diretriz das políticas públicas

A Coalizão também publicou um Policy Brief que sistematiza conceitos, referenciais normativos e evidências para reposicionar a prevenção às violências contra crianças e adolescentes como eixo estruturante das políticas públicas e do orçamento. O material apoia gestores nos processos de formulação, execução e monitoramento de políticas, contribuindo para superar abordagens centradas apenas na resposta pós-violatória e fortalecer uma atuação orientada por evidências, com foco na redução de riscos e na promoção de proteção.

Novembro

Incidência legislativa e fortalecimento do advocacy

Em novembro, a Coalizão intensificou sua atuação no Legislativo, combinando produção de subsídios técnicos e desenvolvimento de ferramentas para qualificar a incidência e o diálogo institucional em torno dos direitos de crianças e adolescentes.



Nota técnica sobre o PDL 3/2025 e proteção de direitos

Após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto Legislativo N.º 3/2025, que susta a Resolução N.º 258/2024 do CONANDA, a Coalizão publicou nota técnica com análise das implicações da medida. O documento destaca os riscos de descobertura normativa, com impactos sobre a coordenação federativa, a segurança jurídica e a capacidade do Estado de garantir fluxos integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência. A publicação subsidia o diálogo com o Senado Federal e reafirma a importância de diretrizes nacionais para a proteção de direitos, incluindo o apoio a alternativas legislativas que assegurem estabilidade e padronização no atendimento.



Lançamento do Diretório Legislativo

A Coalizão lançou o Diretório Legislativo, ferramenta de advocacy que reúne contatos institucionais de frentes parlamentares, comissões e órgãos do Legislativo em diferentes níveis federativos. A iniciativa busca fortalecer a articulação entre sociedade civil e poder público, ampliar a transparência e qualificar o diálogo institucional na agenda de direitos de crianças e adolescentes. O Diretório foi desenvolvido para apoiar organizações, redes, conselhos e demais atores que atuam na incidência legislativa, contribuindo para uma articulação mais coordenada e informada.



“A Coalizão tem se fortalecido cada vez mais como espaço de articulação, disseminação de conhecimento, mobilização e incidência. Participar dos encontros agrega muito ao cotidiano do meu trabalho. Somos uma organização com foco em segurança pública e pensar essa transversalidade com os direitos da infância e adolescência é essencial.”

Danielle Tsuchida Bendazzoli,
Instituto Sou da Paz



“Integrar a Coalizão potencializa nossa incidência ao nos conectar a organizações comprometidas com a garantia de direitos. A Coalizão nos inspira pela capacidade de articulação, especialmente em sua atuação estratégica pelo ECA Digital. Ser membro fortalece nossa rede na Grande Florianópolis e amplia nosso impacto coletivo na prevenção da violência infantojuvenil.”

Tainara Lemos das Neves,
Instituto Pe. Vilson Groh (IVG)



“A integração do Instituto Basta à Coalizão representa um avanço estratégico em advocacy e incidência. A articulação qualificada da rede, com alto nível de engajamento e transparência, amplia nosso impacto e impulsiona o enfrentamento das violações de direitos de crianças e adolescentes. Basta à violência contra nossas crianças.”

Thais Rocha Münstermann,
Instituto Basta



“Participar da Coalizão tem sido estratégico para a chegada da Keeping Children Safe ao Brasil. Destacamos a articulação e mobilização, que fortalecem o engajamento entre organizações, e o compartilhamento de conhecimento técnico. A transparência e os resultados concretos ampliam sua relevância. Seguimos na visão conjunta pela prevenção.”

Andrea Espírito Santo,
Keeping Children Safe



“Estar na Coalizão é promover a incidência política qualificada, o diálogo permanente entre organizações da sociedade civil e o poder público e a troca de conhecimentos, contribuindo para fortalecer políticas, práticas e decisões que colocam a proteção integral de crianças e adolescentes como prioridade absoluta.”

Gézyka Silveira e Paula Alegria,
Plan International Brasil



“Junto à Coalizão, participamos da formulação da metodologia e do fluxo de recepção de denúncias de crimes digitais. Na Comissão Intersetorial, avançamos na revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, na formulação da Política Nacional e na estruturação do III Congresso Brasileiro. Entendemos que a violência não é natural; é prevenível e pode ser eliminada se trabalharmos em rede.”

Itamar Gonçalves,
Childhood Brasil



“A atuação da Coalizão se destaca pela alta capacidade de articulação e incidência qualificada, conectando organizações da sociedade civil e fortalecendo a produção e o uso de evidências para o enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes. Celebramos essa trajetória e desejamos que siga ampliando impactos e promovendo avanços concretos na garantia de direitos.”

Cauê Martins,
Fórum Brasileiro de Segurança Pública



“Ao participar da Coalizão, ampliamos nossa contribuição técnica em debates relevantes, ao mesmo tempo que fortalecemos nossa atuação em rede. Além disso, a Coalizão nos aproxima de discussões em âmbito nacional, nos mantendo constantemente informados e atentos a temas emergentes a partir dos diálogos e estudos compartilhados.”

Cecília Landarin Heleno,
Centro Marista de Defesa da Infância

Posicionamentos da Coalizão

Ao longo de 2025, a Coalizão consolidou sua atuação pública a partir do Protocolo e Fluxo de Construção, Aprovação e Publicação de Posicionamentos, fortalecendo a coerência, a legitimidade e a agilidade de suas manifestações institucionais.

Com base em diretrizes claras, a Coalizão qualificou sua incidência em temas estratégicos da agenda nacional, ampliando sua presença no debate público e contribuindo para a defesa de políticas públicas fundamentadas em evidências, direitos humanos e na proteção integral de crianças e adolescentes.

Os posicionamentos expressam não apenas respostas a conjunturas específicas, mas também a afirmação de princípios, o enfrentamento a retrocessos e a proposição de caminhos estruturantes para o país. A seguir, estão reunidos os posicionamentos apoiados pela Coalizão durante o ano.

11/02

Aprovação de proposta para a **1ª Conferência Nacional Livre dos Direitos das Crianças e Adolescentes Trans**, iniciativa da organização Minha Criança Trans.

25/02

Aprovação da adesão da Coalizão ao **Movimento Violência Sexual Zero**.

14/03

Aprovação da **Política de Salvaguarda** da Coalizão.

21/03

Aprovação do **Caderno de Posicionamentos** – 1ª edição da Coalizão.

26/03

Publicação da **Nota Técnica** “Governança e planejamento no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: desafios, normativas e caminhos para a efetividade”.

07/04

Elaboração de parecer ao Projeto de Lei N.º 0550/2024 da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, que visava instituir a Política Estadual Integrada para a Primeira Infância.

01/08

Aprovação da adesão da Coalizão ao movimento internacional pela realização da **2ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Crianças**.

13/08

Publicação da **Nota Técnica** “Governança intersetorial na formulação e implementação de políticas de proteção digital e enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise comparativa de instâncias federais e recomendações para a integração e efetividade das políticas públicas”.

15/08

Assinatura de apoio ao Projeto de Lei N.º 2628/2022, pela proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital.

22/08

Apoio ao Ofício N.º 8/2025, da Associação Mães na Luta, que manifestava reconhecimento ao Provimento CNJ N.º 201/2025 e ressaltava a urgência de mudanças estruturais no enfrentamento à violência institucional de gênero no Poder Judiciário.

25/08

Apoio à Nota Pública da Coalizão pela Socioeducação contrária ao Projeto de Lei N.º 1.473/2025, com foco em alterações no Sistema Socioeducativo com ampliação do tempo de internação e flexibilização de garantias legais previstas no ECA.

22/10

Apoio à Nota Pública da Coalizão Brasileira pela Educação Inclusiva em defesa da educação inclusiva, frente a propostas legislativas e ação no STF que poderiam fragilizar o direito à escolarização de pessoas com deficiência na escola comum.

03/11

Apoio à manifestação em defesa da tipificação do Serviço de Acolhimento Institucional Conjunto (SAICA Conjunto), voltado à garantia da convivência entre adolescentes que são mães e seus filhos.

04/11

Elaboração de **Nota de Posicionamento sobre a Operação Contenção nos Complexos do Alemão e da Penha (RJ)**, com foco nos impactos sobre crianças e adolescentes em territórios vulnerabilizados.

05/12

Apoio à manifestação contrária à inclusão do homeschooling no Plano Nacional de Educação (PNE), em defesa do direito à educação e da convivência escolar.

PUBLICAÇÕES

Tradução do conhecimento

Ao longo de 2025, a Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes fortaleceu sua atuação estratégica por meio da produção de conteúdos voltados à qualificação do debate público, ao fortalecimento da incidência política e à disseminação de evidências para a formulação de políticas públicas.

As publicações refletem o nosso compromisso com a produção de conhecimento e atuação guiada por evidências e estratégias de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes. Os materiais contribuem para apoiar gestores públicos, parlamentares, organizações da sociedade civil, pesquisadores e integrantes do Sistema de Garantia de Direitos na construção de respostas mais articuladas, integradas e baseadas em direitos.

 Clique nas imagens para acessar os materiais



Glossário

Elaborado em parceria com o Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos e a Avante – Educação e Mobilização Social, o glossário reúne 22 conceitos fundamentais para compreender desafios contemporâneos relacionados ao ambiente digital, à crise climática e às desigualdades.

A publicação visa contribuir para a qualificação do debate público e para fortalecer a formulação de políticas voltadas à proteção de crianças e adolescentes diante das emergências da atualidade. Entre os temas abordados estão *cyberbullying*, ecoansiedade, justiça social, cidadania digital, racismo ambiental, interseccionalidade e parentalidade.

O material também reforça a importância da linguagem na construção de políticas públicas e na garantia de direitos, destacando que definições precisas geram respostas mais efetivas e protetivas.



Diretório Legislativo

Com foco no fortalecimento da incidência política em defesa dos direitos de crianças e adolescentes, a ferramenta facilita o acesso a contatos e informações de órgãos legislativos em todo o país. São dados de Frentes Parlamentares, Comissões e outros espaços estratégicos das Assembleias Legislativas, Câmara Distrital, Câmara dos Deputados e Senado Federal com atuação relacionada à infância, adolescência e juventude.

A iniciativa busca ampliar a transparência, fortalecer a articulação entre atores e qualificar o diálogo com o Poder Legislativo, apoiando organizações e entidades comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes.



Policy Brief Prevenção às violências como diretriz estruturante

A publicação *Prevenção às violências contra crianças e adolescentes como diretriz estruturante das políticas públicas e orçamentárias* apresenta referências conceituais, normativas e estratégicas para fortalecer a inserção da prevenção às violências na agenda pública e no planejamento estatal.

O material sistematiza diretrizes adotadas no Brasil para prevenção e resposta às violências, propõe definições operacionais para apoiar a atuação de gestores públicos e analisa a incorporação dessas políticas no Plano Plurianual da Administração Federal. O conteúdo reforça que o enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes é, ao mesmo tempo, um imperativo ético e uma estratégia essencial para o desenvolvimento sustentável do país, considerando os impactos sociais, econômicos e humanos provocados pelas violências ao longo da vida.



Policy Pack Vidas em proteção

O Policy Pack *Vidas em Proteção: o imperativo da institucionalização*. Por uma Lei Federal para o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM reúne evidências, análises e recomendações para fortalecer a iniciativa e defender sua consolidação como política de Estado permanente.

A publicação destaca os desafios enfrentados pelo PPCAAM diante da ausência de respaldo legal específico, condição que o torna vulnerável a descontinuidades, mudanças políticas e restrições orçamentárias. O material defende a criação de uma lei que assegure estabilidade institucional, continuidade e ampliação da política de proteção.

INCIDÊNCIA

A Coalizão em espaços estratégicos

A presença em espaços institucionais é parte fundamental da estratégia de incidência da Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes.

Nossa atuação em comissões, grupos de trabalho, fóruns e redes permite o compartilhamento de evidências, a formulação de metodologias e a articulação intersetorial voltada para a elaboração de políticas públicas mais conectadas às realidades locais.

Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Criada pelo Decreto nº 11.533, de 18 de maio de 2023

Instância de articulação entre órgãos do governo federal responsável por coordenar ações de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, incluindo a implementação e revisão do Plano Nacional. A participação da Coalizão contribui para a incorporação de evidências e o fortalecimento da coordenação intersetorial.

Grupo de Trabalho 18 de Maio

Instituído no âmbito da Comissão Intersetorial

Espaço voltado à organização das ações nacionais do Dia de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A Coalizão contribui para ampliar o alcance e a coerência das ações, conectando mobilização social e agenda de políticas públicas.

Secretaria Executiva da Rede Nacional de Frentes Parlamentares da Primeira Infância

Instância de articulação entre frentes parlamentares em diferentes níveis federativos

Responsável por fortalecer a agenda da primeira infância no Legislativo e promover a articulação entre estados e municípios. A Coalizão contribui para integrar a agenda de prevenção às políticas voltadas ao desenvolvimento infantil.

Comitê Consultivo para formulação de metodologia e fluxo centralizado de recepção de denúncias de crimes digitais contra crianças e adolescentes

Instituído pela Portaria MJSP N.º 924, de 10 de abril de 2025

Apoio à criação de um modelo técnico nacional de recepção, triagem e encaminhamento de denúncias de crimes digitais contra crianças e adolescentes para integrar sistemas e padronizar fluxos. A Coalizão contribuiu com o Ministério da Justiça e Segurança Pública para qualificar a resposta estatal e organizar o fluxo de denúncias.

Grupo de Trabalho de Revisão do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes

Instituído no âmbito da Comissão Intersetorial

Responsável pela atualização do Plano Nacional, com foco na adequação às dinâmicas atuais da violência e no fortalecimento de diretrizes de prevenção e resposta. A Coalizão apoia a revisão técnica e a incorporação de uma abordagem especialmente preocupada com o modelo de financiamento do plano.

Comissão Técnica da Parceria Global pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes – Município de São Paulo

Instituída pela Portaria SGM N.º 295, de 18 de outubro de 2019

Espaço municipal de articulação para implementação de estratégias alinhadas à Parceria Global. Na comissão técnica, a Coalizão contribui para conectar experiências locais à agenda nacional e internacional de prevenção.

Fórum Ampliado Consultivo da Frente Parlamentar Mista de Promoção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Espaço de diálogo e construção de agendas legislativas voltadas à promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A Coalizão apoia a atuação legislativa por meio de análises de políticas públicas e proposições em tramitação, disseminação de dados e evidências e uso do pacote técnico INSPIRE, contribuindo para decisões mais informadas e para o aprimoramento de leis e marcos regulatórios.

Rede Nacional de Evidências em Direitos Humanos (ReneDH)

Instituída pela Portaria MDHC N.º 762, de 7 de dezembro de 2023

Rede mobilizada a partir de demandas das áreas técnicas do governo federal, com o objetivo de produzir e articular evidências para subsidiar políticas públicas em direitos humanos. A Coalizão coordenou o Grupo de Trabalho sobre Crianças e Adolescentes e, em parceria com a Rede Anthera, elaborou o policy brief sobre violência sexual intrafamiliar, que integra os Cadernos de Evidências em Direitos Humanos.



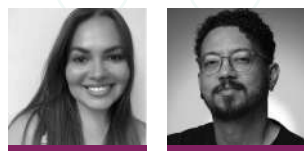
“Participar da Coalizão tem sido muito importante, pois é um espaço não apenas de troca de informações e reflexões, mas também de advocacy consistente para questões relacionadas à prevenção e ao enfrentamento das violências que atingem crianças e adolescentes de todo o país. É um ambiente seguro e muito comprometido com a causa.”

Maria Fernanda Tourinho Peres e Letícia Araújo Moreira da Silva,
Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde (LIEVES)



“Fazer parte da Coalizão tem contribuído para a ampliação do meu repertório técnico sobre o sistema de políticas voltadas à prevenção e resposta às violências. Com o trabalho coletivo, avançamos na produção de conhecimento qualificado, no fortalecimento da articulação com o governo e agentes internacionais e na maior efetividade das ações desenvolvidas.”

Amanda Gregorio,
Infinis – Instituto Futuro é Infância Saudável



“A Coalizão é essencial para ampliar nosso impacto no advocacy e qualificar nossa capacidade de articulação. Por meio de processos de incidência transparentes e coletivos, conseguimos pautar as necessidades de crianças e adolescentes trans com mais relevância nos espaços de decisão, fortalecendo a rede de proteção contra todas as formas de violência.”

Thaís Dias Melo e Renner Rodrigues Boldrino, ONG Minha Criança Trans



“A Coalizão tem liderado avanços concretos na consolidação da agenda INSPIRE no Brasil. Para a Vital Strategies Brasil, fazer parte desse esforço coletivo é uma honra e fortalece nossa missão de mobilizar dados e evidências a serviço de políticas públicas capazes de salvar vidas e proteger crianças e adolescentes em todo o país.”

Olívia Guaranha,
Vital Strategies Brasil



“A Coalizão é um relevante espaço de articulação e incidência na defesa dos direitos de crianças e adolescentes e na prevenção às violências. A construção coletiva entre organizações da sociedade civil e o diálogo técnico com o Poder Público fortalecem estratégias de advocacy e a formulação de políticas públicas integradas, baseadas em evidências e orientadas à proteção integral.”

João Victor Salge,
Instituto Jô Clemente (IJC)



“Participar da Coalizão fortalece nosso trabalho ao promover articulação com organizações de diferentes territórios e campos de atuação. A troca de conhecimentos, estratégias e incidências qualificadas amplia nossa capacidade de contribuição técnica e política, impulsionando a construção coletiva de agendas comprometidas com a proteção integral de crianças e adolescentes.”

Rogério Monaco,
Associação Beneficente Santa Fé



“Com uma visão estratégica e atuação horizontal, a Coalizão transforma conhecimento técnico em impacto real, influenciando decisões e fortalecendo políticas públicas sustentáveis. Sua transparência e capacidade de construir pontes consolidam o grupo não apenas como referência, mas como um verdadeiro farol de compromisso com a proteção da infância e adolescência.”

Cristiane Faria Honório,
Passos da Criança



“Considerando a visão estratégica da Coalizão, centrada na prevenção e em mudanças sistêmicas, uma das ações de 2025 foi a elaboração de um glossário sobre direitos de crianças e adolescentes voltado ao Legislativo. Após quase um ano de trabalho coletivo, chegamos a um material que aborda temas atuais, organizados em três categorias: ambiente digital, clima e desigualdades. Foi uma honra coordenar essa iniciativa.”

Michele Bravos, Instituto Aurora para Educação em Direitos Humanos

A Coalizão na imprensa

Ao longo de 2025, a participação da Coalizão em veículos de comunicação reforçou a importância de atuar na prevenção às violências contra crianças e adolescentes.

O aniversário de 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente marcou uma reportagem especial no portal Lunetas, replicada também no Nexo Jornal.

A Rádio Cultura Brasil abordou como a urgência de lidar com a violência contra crianças e adolescentes continua sendo um dos desafios no país. No portal da revista Veja, as participações da Coalizão trataram do projeto que dificulta o aborto legal para meninas com menos de 14 anos vítimas de violência sexual e do PPCAAM, única política no país que garante proteção e recomeço para adolescentes que vivem sob ameaça de morte. O marco legal para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes foi o tema debatido no programa Conexão BdF, do Brasil de Fato.

 *Clique nas imagens para acessar as reportagens*



Informações financeiras de 2025

R\$ 687.240

Valor total dos recursos em 2025, provenientes de:

Doações institucionais	R\$ 622.688,56
Rendimentos de aplicações	R\$ 22.481,63
Rendimentos de conta-corrente	R\$ 14,10
Saldo residual de 2024	R\$ 42.055,75

Saldo para 2026:

R\$ 157.767,52

A Coalizão Brasileira pelo Fim da Violência contra Crianças e Adolescentes **não** capta recursos públicos.

25%

Projeto INSPIRE – Desenvolvimento da Plataforma (Etapas 1-3)

Investimentos no desenvolvimento da plataforma nacional de monitoramento de indicadores.

57%

Prestadores de serviço

Contratos para a secretaria executiva, monitoramento legislativo, manutenção do site, comunicação, consultorias especializadas e apoio técnico.

13%

Comunicação

Produção de materiais, projetos gráficos e conteúdos institucionais.

5%

Despesas operacionais

Passagens, hospedagens e custos de atividades presenciais.

0,4%

Despesas administrativas

Despesas com serviços bancários e encargos financeiros.

Evidências e dados que estruturam a ação coordenada



Ao adaptar os indicadores do INSPIRE ao contexto brasileiro e desenvolver uma plataforma nacional de dados, a Coalizão Brasileira apoia a qualificação do planejamento, a orientação de prioridades e o acompanhamento de resultados na prevenção e resposta a todos os tipos de violências contra crianças e adolescentes.

A experiência acumulada durante os últimos anos reforça um ponto que segue pouco incorporado na prática. A violência contra crianças e adolescentes pode ser prevenida, mas o país ainda não construiu uma arquitetura de enfrentamento capaz de sustentar essa agenda ao longo do tempo, com prioridade política, organização institucional e presença no orçamento compatíveis com a dimensão do problema e com seus impactos na sociedade, na economia e no desenvolvimento do país.

Seguimos operando com respostas fragmentadas, baixa integração entre políticas e dificuldades para dar continuidade a iniciativas que demonstram resultados. Enquanto isso, acumulamos evidências, dados e experiências que apontam caminhos possíveis. O desafio está menos em identificar o que fazer e mais em como organizar essas respostas.

A adaptação dos indicadores do INSPIRE ao contexto brasileiro e o desenvolvimento da plataforma nacional de dados caminham nessa direção. Ao ampliar a capacidade de leitura do problema, as iniciativas criam condições para qualificar o planejamento, orientar prioridades e acompanhar resultados. Mais do que produzir informação, esta é uma forma de dar base para decisões públicas que se sustentem no longo prazo.

Esse movimento dialoga com uma mudança mais ampla. A prevenção precisa deixar de ocupar um lugar secundário e passar a orientar a forma como políticas são planejadas, financiadas e implementadas. Isso implica rever arranjos institucionais, fortalecer a articulação entre setores e garantir que respostas não dependam apenas de iniciativas isoladas.

Prevenir a violência não se resume à redução de sua prevalência. Está diretamente relacionada à forma como as pessoas vivem, se desenvolvem e se relacionam. Contextos com menor incidência de violência tendem a favorecer maior confiança social, melhores condições de aprendizagem, vínculos mais estáveis e maior bem-estar ao longo da vida. Quando

a violência diminui, ampliam-se as possibilidades de desenvolvimento e de construção de trajetórias mais livres, saudáveis e protegidas.

O futuro que se coloca depende da capacidade de organizar respostas que tenham continuidade, articulação entre setores e capacidade de operar em escala, conectando o que já existe e ampliando seu alcance. A Coalizão segue atuando nesse espaço, conectando evidências, fortalecendo o trabalho coletivo e contribuindo para que a prevenção e a resposta às violências contra crianças e adolescentes passem a ocupar o lugar que lhes corresponde nas decisões públicas e nas prioridades do país.

Pôr fim à violência é um chamado à ação



Expediente

Coordenação Colegiada

**Avante Educação
e Mobilização Social**

Deborah Kotek Selistre

Childhood Brasil

Thiago Vizioli

Fundação FEAC

Natalia Valente

**Infinis –
Instituto Futuro é Infância Saudável**

Márcia Kalvon

Instituto Alana

Sofia Reinach

Instituto Galo da Manhã

Bárbara Correia

Instituto Liberta

Cristina Cordeiro

SaferNet Brasil

Thiago Tavares

Secretaria Executiva

Secretário Executivo

Lucas José Ramos Lopes

Coordenação de Comissões

Comissão de Conhecimento

Deborah Kotek Selistre

Comissão de Advocacy

Amanda Gregorio

Assessorias

Assessoria de Advocacy

Sofia Guimarães

Expediente do Relatório de Atividades 2025

Coordenação

Lucas José Ramos Lopes

Edição e revisão

Ibirá Comunicação Estratégica

Renata Leal

Viviane Santa Cruz

Ana Paula de Andrade

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Durães – Design & Lettering



**Coalizão Brasileira
pelo Fim da Violência**
contra Crianças e Adolescentes

www.coalizaobrasileira.org.br

in /CoalizaoBrasileira

 /Coalizao.Brasileira

f /CoalizaoBrasileiraPeloFimDaViolencia